



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

24 de junho 2015



## DIÁRIO CATARINENSE

# Curso online é certificado pela Secretaria da Educação

**PARTICIPANTE QUE CONCLUIR** aulas a distância de mediação de leitura receberá diploma

O curso online Cinco Passos Para a Mediação de Leitura, oferecido pelo Prêmio RBS de Educação, agora é certificado. Com o reconhecimento da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, os participantes receberão uma declaração de 20 horas, atestando a conclusão do curso. Quem enviar o relato de mediação de leitura, efetivando a inscrição no prêmio, receberá um documento referente a 70 horas de participação, que contabilizam a conclusão do curso.

Ao final do ano, a secretaria encaminhará um certificado que poderá ser validado junto à rede de ensino, desde que ela aceite a

certificação. A informação deve ser confirmada nos municípios, Ministério da Educação, entidades de classes ou instituições de ensino. O curso é gratuito e aberto a qualquer parte do país. Com o objetivo de aperfeiçoar as práticas de educadores e demais interessados, o treinamento oferece um material didático completo com textos e vídeos que auxiliam a busca de conhecimento sobre a temática.

O Prêmio RBS de Educação é uma realização do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

### PRÊMIO RBS

A terceira edição do Prêmio RBS de Educação - Para Entender o Mundo - vai premiar iniciativas de educadores e estudantes das redes pública e privada que desenvolvam práticas de mediação de leitura:

- As inscrições seguem até o dia 17 de julho, no site do concurso.
- Como em 2014, a premiação deste ano terá as categorias Escola Pública e Escola Privada, voltadas para educadores, e Jovens Protagonistas, destinada especialmente a estudantes da educação básica (de 14 a 24 anos).
- A ação é aberta a projetos de todas as disciplinas, desde que sejam abordados em formato de texto.
- Para saber mais, acesse: [www.premiorbsdeeducacao.com.br](http://www.premiorbsdeeducacao.com.br).



Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 24/06/2015

Assunto: Plano de educação

Página: 05

## ANOTÍCIA

### Atraso no plano de educação

**LUIZA MARTIN**

lulza.martin@an.com.br

Joinville é um dos municípios que estão na sétima de dez etapas do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), que deveria se tornar lei hoje. A cidade tem o projeto de lei elaborado, enquanto 84% dos municípios catarinenses já passaram dessa fase. A Câmara de Vereadores de Joinville ainda não recebeu o projeto, que aguarda aprovação da Procuradoria do Município. Após tramitar pela Câmara, a cidade deve cumprir as metas em dez anos.

#### Lei federal é a base

O PME articula toda uma década de investimentos em edu-

cação e nasceu alinhado com o Plano Estadual (PEE), em análise na Assembleia Legislativa desde a semana passada.

O município teve um ano para se alinhar às 20 metas do Plano Nacional da Educação (PNE), a contar do dia 25 de junho de 2014, data em que o projeto virou lei federal.

No "mínimo" tempo possível, de acordo com o secretário municipal de Educação, Roque Mattei, o PME chegará à Câmara. Isso deve ocorrer antes de 2016, prazo da primeira meta da década, que, de acordo com o plano, é "universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro e cinco anos."

**AN.com.br**

- Confira as 20 metas da educação no site.



Veículo: A Notícia	Editoria: Notícias	Data: 24/06/2015
Assunto: Formação		Página: 13

## ANOTÍCIA

### Curso online recebe certificação

O curso online *Cinco passos para a mediação de leitura*, oferecido pelo Prêmio RBS de Educação, agora é certificado. Com o reconhecimento da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, os participantes receberão uma declaração de 20 horas, atestando a conclusão do curso.

Quem enviar o relato de mediação de leitura, efetivando a inscrição no prêmio, receberá um documento referente a 70 horas de participação, que já contabilizam a conclusão do curso. Ao final do ano, as secretarias encaminharão um certificado que poderá ser validado junto à rede de ensino, desde que a mesma aceite a certificação. A informação deve ser confirmada nos municípios, Ministério da Educação, entidades de classes ou instituições de ensino.

O curso *Cinco passos para a mediação de leitura* é gratuito e aberto a qualquer parte do País. Com o objetivo de aperfeiçoar as práticas de educadores e demais interessados, o treinamento oferece um material didático completo com textos e vídeos que auxiliam a busca de conhecimento sobre a temática.

### Terceira edição do prêmio

A terceira edição do Prêmio RBS de Educação vai premiar iniciativas de educadores e estudantes das redes pública e privada que desenvolvam práticas de mediação entre leitores e textos. As inscrições vão até o dia 17 de julho, no site do concurso. Assim como em 2014, a premiação deste ano terá as categorias Escola Pública e Escola Privada, voltadas para educadores, e Jovens Protagonistas, destinada especialmente a estudantes da educação básica (de 14 a 24 anos).

A ação é aberta a projetos de todas as disciplinas, desde que sejam abordados em formato de texto. O Prêmio RBS de Educação é uma realização do Grupo RBS e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com apoio técnico do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Mais informações em [www.premiorbsdeeducacao.com.br](http://www.premiorbsdeeducacao.com.br).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 24/06/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **51% dos municípios não cumprirão prazo para criar plano de educação**

*Em entrevista ao G1, ministro afirmou que planos estão sendo discutidos. Questão de gênero, que criou polêmica, está garantida na Constituição, diz.*

Metade dos municípios brasileiros deve encerrar esta quarta-feira (24) sem cumprir o primeiro prazo do Plano Nacional de Educação (PNE). A lei que vai definir as políticas de educação no Brasil até 2024 completa um ano nesta quinta (25), junto com a primeira de suas metas, a de que, até essa data, todos os governos municipais e estaduais tivessem o seu próprio plano local de educação pesquisado, debatido, elaborado, aprovado no Poder Legislativo e sancionado pelo Executivo. Em entrevista ao G1, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou que, na noite desta terça-feira (23), 2.725 municípios já tinham a lei ou sancionada, ou já aprovada na Câmara Municipal, e apenas aguardando a sanção do prefeito ou prefeita.

Isso representa 49% do total de municípios brasileiros. No caso dos estados, quatro já finalizaram todas as etapas, e sete já aprovaram suas leis na Assembleia Legislativa, e apenas aguardam a sanção do Executivo "A situação não é 100%, mas já está beirando 50%, e o MEC deu o máximo apoio que pode aos estados e municípios", afirmou o ministro.

Nos últimos três meses, o G1 tem acompanhado a rede do MEC que divulga informações sobre a situação de cada município e estado. Levantamento feito em 23 de março registrou que só 46 dos 5.570 municípios brasileiros haviam finalizado o plano. A época, o total era de 0,8%. Em 28 de maio, dois meses depois, a quantidade de municípios que já tinham cumprido essa incumbência crescera mais de três vezes, para 150, mas ainda representava só 2,6% do total.

Na noite de terça, 1.918 municípios já tinham o projeto de lei assinado. Isso quer dizer que, nos últimos 26 dias, o número de redes municipais que já tinham cumprido o prazo cresceu mais de dez vezes. Outros 807 planos aguardavam apenas a sanção para se juntar a esse grupo.

Segundo o Plano Nacional de Educação aprovado pelo Congresso em 2014, o prazo para que todos os municípios cheguem ao fim dessa tarefa termina em 24 de junho.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Fiquei muito preocupado quando assumi [o Ministério]", afirmou o ministro, à frente do MEC há três meses, sobre a meta do PNE para os planos municipais e estaduais. Porém, segundo ele, os municípios têm

### Estados

Nos últimos dois meses, avançou também o número de estados que já elaboraram seu plano estadual de educação. Até 28 de maio, todos os estados já tinham criado a sua comissão, e feito o diagnóstico inicial da rede.

Segundo o ministro, os estados que já finalizaram o plano são Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Os estados que conseguiram aprovar a lei até a noite desta terça, e aguardam a sanção do governador, são Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná e Pernambuco.

### Polêmica sobre gênero

A questão sobre a inclusão ou não do trecho que trata da ideologia de gênero nas políticas educacionais apareceu em diversos debates nas câmaras municipais pelo Brasil. Em São Paulo, o projeto de lei ainda não foi aprovado e o debate sobre o tema foi tumultuado na semana passada. Na última sexta (19), a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo aprovou por unanimidade o texto do Plano Municipal de Educação sem a inclusão dos parágrafos sobre a discussão de gênero nas escolas paulistanas.

Janine diz que essa polêmica acabou desviando o foco dos debates dos planos, que vão muito além de assuntos teóricos e precisam definir temas do cotidiano das escolas, como o número máximo de alunos por sala de aula e a obrigação ou não que os professores sejam acompanhados de assistentes ou monitores durante as aulas.

"Muitos pontos essenciais ficaram em segundo plano", afirmou ele. "Essa querela sobre o que alguns chamam de ideologia de gênero é um tanto equivocada. Não existe ideologia de gênero, existem jovens que estão descobrindo a sexualidade e que precisam ser acolhidos. Há muitas formas de as pessoas se relacionarem com o próprio corpo, e ninguém pode fazer propaganda para que a pessoa tenha uma linha."

Para Janine, o fato de os planos acabarem ou não tendo a questão de gênero citada explicitamente não pode influenciar a adoção de políticas discriminatórias. "Nossa Constituição proíbe a discriminação. Entendemos que está proibida a discriminação não só por gêneros, etnia, e outros fatores, mas por orientação sexual das pessoas. Se está proibida, não faria sentido nenhum a rede educacional introduzir essa discriminação que vai contra a Constituição."

### Punições



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O possível descumprimento da meta por parte dos gestores não está diretamente relacionado a multas ou outras punições. Embora o PNE tenha sido aprovado há nove meses e suas regras e metas já estejam valendo, ainda não há uma regulamentação que especifique responsabilidades para os gestores que descumprirem os prazos e metas. Porém, segundo o MEC, os gestores estão submetidos a possíveis ações civis públicas, caso não sigam a legislação vigente.

Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o principal entrave dos gestores municipais na hora de elaborar o plano é o fato de que os municípios não podem fazer o projeto de forma totalmente autônoma dos planos estaduais.

Já os governos estaduais, por sua vez, também não podem definir suas estratégias e metas sem considerar as realidades dos municípios. Por isso, nos estados onde há menos municípios, o processo está mais adiantado.

Entenda as etapas do plano

Cada rede precisa cumprir diversas etapas antes da conclusão do plano. Primeiro, o governo local nomeia a comissão que coordenará o trabalho. A primeira função dos membros é elaborar um diagnóstico e, a partir dele, um documento-base que servirá para a elaboração da lei. Esse documento deve então ser submetido a uma consulta pública.

Após ouvir a opinião da população, a comissão precisa então elaborar o projeto de lei do plano. Depois, ele é enviado ao Legislativo (câmara municipal ou assembleia legislativa), que deve então estudar e votar.

Quando o projeto for aprovado, o último passo é a sanção do Poder Executivo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 24/06/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### **ESTÁ VENCENDO O PRAZO PARA QUE MUNICÍPIOS APROVEM SEUS PLANOS**

**Planos municipais de Educação refletem as realidades das cidades, mas as metas e as estratégias devem se relacionar com os documentos estaduais e o nacional**

**Fonte: Portal MEC**

O Rio Grande do Sul é o estado com maior número de municípios que já sancionaram seus planos de educação. Até esta segunda-feira, 22, já haviam sido sancionados 194 planos. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei 13.005/2014), os municípios devem ter seus planos de educação aprovados e sancionados até a próxima quarta-feira, 24 de junho.

Em números percentuais, entretanto, o Amapá é o estado que mais avançou. Dos 16 municípios, dez já sancionaram seus planos de educação, mais de 62% do total. Outros três já aprovaram os planos nas câmaras de vereadores, um tem o projeto de lei já enviado ao legislativo e dois já têm os planos elaborados. Do outro lado, o Acre é o único estado em que nenhum município sancionou o plano.

Estados – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Maranhão já têm seus planos estaduais de educação. Os legislativos de Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo e do Distrito Federal já aprovaram os planos, mas falta a sanção dos governadores.

De acordo com o secretário de articulação com os sistemas de ensino do Ministério da Educação, Binho Marques, os planos municipais de educação refletem as realidades dos municípios, mas as metas e estratégias devem se relacionar com o PNE e com os planos estaduais. “Quanto mais articuladas e pactuadas forem as metas, mais claros serão os compromissos com os mecanismos de colaboração, e mais perto estaremos da instituição do Sistema Nacional de Educação”, disse.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 24/06/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO COBRA MAIS RIGOR NO CUMPRIMENTO DO PNE

**Segundo entidade, um ano após a vigência da lei, nenhum dispositivo do plano foi alcançado**

**Fonte: O Globo (RJ)**

A rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou um posicionamento público sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). No texto, a entidade enfatiza que, após um ano de vigência da lei, nenhum dispositivo foi satisfatoriamente cumprido.

Muitos, inclusive, encerram seu prazo no ano que vem, como é o caso do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e mesmo do Sistema Nacional de Educação (SNE).

"A situação é inquietante. Preocupados com a baixa capacidade governamental de executar o PNE, representantes do Ministério da Educação têm divulgado nas últimas semanas que o Governo Federal lançará uma série de medidas no próximo dia 24 de junho – dia em que vence o primeiro ano do plano. Basicamente, elas se resumem à criação de comissões e distribuição de documentos conceituais que congregam propostas. Embora sejam medidas necessárias, são gravemente tardias. Além do fato de que deveriam ter sido lançadas antes, concretamente, os prazos serão protelados e descumpridos. Lamentavelmente, a qualidade de implementação do PNE é muito baixa", diz o posicionamento.

Para os representantes da campanha, é necessário ficar claro que regulamentar e cumprir dispositivos de uma lei, sobretudo um plano, não pode ser uma tarefa burocrática:

"É preciso que se compreenda que toda e qualquer medida do PNE – seja uma meta, estratégia ou demanda definida nos artigos da Lei – depende da realização de outra. É uma Lei totalmente encadeada, que precisa ser cumprida degrau a degrau."

Como enumera o texto, em 24 de junho de 2015 encerram-se os prazos para vários dispositivos do plano, como a elaboração dos planos de educação de estados,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

municípios e a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% (Meta 9).

"Qualquer avaliação sincera concluirá que muito pouco foi feito, embora a pressão social, e praticamente nada foi adequadamente debatido. Mesmo no caso de dispositivos em que houve avanço, não é possível dizer que foram ou serão cumpridos nesses últimos dias que antecedem o aniversário do PNE."

O Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é assinado por Ação Educativa, ActionAid Brasil, CCLF (Centro de Cultura Luiz Freire), Cedeca-CE (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 24/06/2015
<b>Assunto:</b> Leitura		<b>Página:</b> Online



### ESCOLA QUE LÊ UNIDA DESPERTA A CIDADANIA

**Alunos de escola no Paraná recebem diariamente exemplares de jornais e discutem as reportagens em sala, debatendo suas conclusões e expondo ideias**

**Fonte: Gazeta do Povo (PR)**

Não é de hoje que a Escola Municipal Dr. Lourival Leite de Carvalho, de Castro, faz história no Ler e Pensar. Desde 2007 os professores participam do projeto e levam o jornal para os quase 500 alunos do 1º ao 5º anos da instituição (foto).

Apadrinhados pela CCR Rodonorte, eles recebem diariamente a Gazeta do Povo e discutem as reportagens em sala. Mobilizar e incentivar a escola para a prática da leitura virou um hábito, bem como alimentar quinzenalmente um painel com as produções de cada turma, resultado dos trabalhos feitos com o jornal.

“No horário do recreio as crianças acompanham, se enxergam no mural e comentam as produções. Se tornaram mais reflexivas, questionadoras, curiosas e motivadas pela leitura. Até uma melhora no desempenho escolar e nas notas conseguimos perceber”, conta a coordenadora pedagógica, Marilene Sirek.

Ela explica que os professores trabalham com todas as turmas, de acordo com as possibilidades oferecidas pela grade curricular de cada uma.

Marciléia Evers dá aulas a 25 alunos do 3º ano e, para trabalhar Língua Portuguesa e gêneros textuais, desenvolve o projeto “Por dentro das Notícias”. Além de reforçar com os estudantes a estrutura do periódico, composto por cadernos, manchetes, títulos, gravatas e reportagens, por exemplo, a educadora despertou nas crianças a noção de cidadania e afinou a compreensão que fazem do mundo.

“Após a leitura, os estudantes interpretam as notícias, debatem as conclusões, expõem as ideias, fazem questionamentos e se sentem mais cidadãos”, explica.

Além disso, todas as sextas-feiras, a escola inteira paralisa as atividades por cerca de 40 minutos para ler o jornal. “Nenhuma sexta foge à regra. Dedicamos,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

religiosamente, ao final de todas as semanas um tempo para garantir que os alunos fiquem informados”, comenta a coordenadora.

Com as turmas dos 4º e 5º anos, a análise de outras mídias, como revistas, é proposta em aula e os alunos se revezam para assumir a função de “entregadores de jornal” às famílias. Desde 2013, juntos, crianças e pais fazem a leitura do periódico ao fim de cada dia.

“O trabalho dissemina ainda mais a informação e favorece a união das famílias”, conclui Marilene.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 24/06/2015
<b>Assunto:</b> Modelo Educacional		<b>Página:</b> Online



### ESCOLA PRECISA SE CONECTAR COM DEMANDAS DOS JOVENS

**Pesquisa Projeto de Vida mostra que modelo de Educação atual deve ser alterado para preparar estudantes para vida adulta**

**Fonte:** Portal Porvir

Uma nova pesquisa realizada com estudantes, professores universitários, empregadores e líderes da sociedade civil revela a necessidade de aprofundar o debate em torno de um novo modelo educacional. O estudo chamado Projeto de Vida, realizada pela Fundação Lemann, com apoio técnico do Movimento Todos pela Educação, mostra que existe uma desconexão preocupante entre o que é ensinado na escola atualmente e o que os jovens precisam saber para concretizar os seus diferentes projetos de vida.

Para a realização da pesquisa, foram feitas 126 entrevistas com jovens recém-formados no ensino médio – em sua maioria egressos de escolas públicas –, professores universitários, empregadores e líderes da sociedade civil de todas as cinco regiões do Brasil. Em comum entre os diferentes grupos de entrevistados está a percepção de que a escola tem falhado na preparação de seus alunos para a vida adulta. São muitas as queixas em relação a problemas relativos a comunicação, raciocínio lógico, conhecimentos básicos matemáticos e postura profissional vindas de professores universitários e empregadores, que recebem e convivem com os jovens recém saídos da escola, mas há também uma reflexão perturbadora feita pelos ex-alunos. “São os próprios jovens que estão afirmando que não conseguem aplicar seus aprendizados quando confrontados com diversas situações do cotidiano”, afirma o pesquisador Haroldo Torres, responsável pelo estudo.

São jovens entre 20 e 21 anos, de diferentes perfis étnicos e socioeconômicos, que se destacaram pelas notas acima da média no Enem, já estão empregados ou entraram em uma faculdade, mas ainda assim se sentem mal orientados e pouco preparados para lidar com seus desafios diários. Para os professores universitários e empregadores, as lacunas de formação vão além de os jovens não saberem escrever um e-mail de trabalho, expor argumentos oralmente na faculdade ou interpretar gráficos simples de produção. “Nas entrevistas, apareceu de forma espontânea e com



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

certa força a preocupação com as habilidades socioemocionais, especialmente atitude, proatividade, comprometimento, curiosidade, persistência”, explica Haroldo.

De acordo com a pesquisa, as lacunas percebidas tanto pelos jovens quanto por seus empregadores e professores são de natureza cognitiva, socioemocional e comportamental. No campo das deficiências cognitivas, destacam-se as relacionadas à língua portuguesa. No geral, os jovens têm muita dificuldade em compreender instruções orais e escritas, expressar-se com sentido, correção e adequação contextual tanto na fala ou quanto em mensagens escritas simples e interpretar ou expor argumentos em situações de comunicação mais complexas.

A matemática também é uma área preocupante, com queixas de todos os grupos em relação às dificuldades para realizar as quatro operações básicas, calcular percentagens, interpretar gráficos e tabelas e elaborar planilhas, além da falta de raciocínio lógico e de educação financeira para administrar o próprio salário. Já no campo das habilidades socioemocionais, destaca-se o “grande receio dos jovens em mostrar que não sabem algo e de fazer perguntas para sanar suas dúvidas. Junto dessas críticas – e, em alguns casos, derivadas delas – surgem outras, como falta de curiosidade, autonomia, comprometimento, foco, resiliência, disposição para correr riscos e se posicionar”, frisa um trecho da pesquisa.

### Lições e caminhos

Além do diagnóstico dos problemas que têm impedido os jovens de concretizar seus anseios pessoais e profissionais, a pesquisa também apresenta alguns pontos importantes para o debate de um novo modelo educacional. Os jovens entrevistados insistem na necessidade de métodos de ensino mais atuais e citam como boa referência em metodologia o professor de cursinho, por dar exemplos práticos da aplicabilidade dos conteúdos e desenvolver aulas mais dinâmicas, divertidas e focadas. Para eles, músicas, vídeos, leituras de histórias e conversação devem ser usados como instrumentos de estímulo para o aprendizado, por exemplo, de idiomas, e atividades extracurriculares, como educação física e artística, devem ser exploradas como possibilidade de desenvolver a criatividade, autoconfiança, disciplina, liderança e capacidade de trabalhar em equipe.

Além disso, eles gostariam de ter recebido ajuda no encaminhamento profissional, por meio de visitas a faculdades, contato com alunos universitários e conversas com psicólogos. Também acreditam ser importante ter noções sobre o mundo corporativo antes de ingressar no mercado de trabalho, com aulas sobre como estruturar projetos, montar slides, trabalhar em equipe e se portar numa entrevista de emprego, por exemplo.

Para os professores universitários, empregadores e representantes de ONGs que participaram da pesquisa, a tecnologia é uma janela de oportunidade não só para o engajamento nos estudos, mas para o aprimoramento dos conhecimentos. Eles elogiam as habilidades dos jovens no uso de recursos tecnológicos e a capacidade de se adaptar rapidamente a novas plataformas, mas destacam que ainda falta o domínio de algumas



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ferramentas específicas, como o Excel, bastante valorizado no mercado de trabalho, e o uso intensivo do celular e da internet para assuntos pessoais durante as aulas e o expediente de trabalho.

A pesquisa, que pretendeu fazer um mapeamento do legado do ensino básico para os jovens brasileiros, traz também algumas lições úteis à elaboração de uma Base Nacional Comum. “Os resultados da pesquisa contribuem para o debate sobre o que, afinal, a sociedade espera que os alunos aprendam na escola, para que consigam ter uma vida plena e produtiva após a conclusão da educação básica”, afirma Denis Mizne, diretor Executivo da Fundação Lemann.

Para isso, a pesquisa contou com a contribuição e análise das especialistas em currículo Delaine Cafiero Bicalho, doutora em Linguística e professora da Faculdade de Letras da UFMG, e Maria Ignez Diniz, doutora em Matemática e professora do Instituto de Matemática e Estatística, da USP. De acordo com as especialistas, os resultados mostram que o currículo atual é conteudista e não desperta interesse nos jovens. Especialmente as entrevistas dos jovens reforçam que os currículos que predominam nas escolas atualmente são extensos, pouco aprofundados e não favorecem a integração entre as diferentes áreas do conhecimento. Além disso, disciplinas diferentes requerem diferentes formas de raciocínio e reflexão.

Para elas, a Base Nacional Comum deve detalhar não apenas os conhecimentos a serem trabalhados nas escolas, mas também quais habilidades os alunos devem desenvolver com os conceitos e conteúdos ensinados. Além disso, ela deve garantir uma integração mais clara entre as diferentes áreas, para que os conhecimentos e as habilidades sejam trabalhados de forma mais integrada e menos segmentada. “Na Base Nacional Comum, é desejável que a organização dos conteúdos seja hierarquizada, mas as habilidades que esses conteúdos mobilizam precisam ser construídas em rede. A Base precisa apresentar com clareza a relação das habilidades com os conceitos e conteúdos a serem ensinados”, destaca um trecho da pesquisa.

Especialmente em relação às duas áreas mais preocupantes quanto às lacunas cognitivas de aprendizado – língua portuguesa e matemática -, as especialistas destacaram pontos que devem ser considerados para a elaboração da Base Nacional Comum. De acordo com Delaine, o foco do ensino da língua portuguesa precisa estar no ensino de estratégias para resolver problemas comunicativos. “A língua portuguesa deve ser ensinada como um recurso que se adapta a diferentes usos, não como algo fixo e descolado da realidade. Um caminho para se ensinar os diversos usos da língua ao longo dos anos de ensino básico é organizar um currículo baseado no uso de textos variados, tanto os que circulam no cotidiano quanto os da literatura.” Sobre o hábito da leitura, a especialista aponta que o fenômeno dos best-sellers juvenis demonstra que uma boa parte dos jovens já é leitora. “É preciso apenas motivar seu interesse por outros estilos textuais. Para além de desenvolver a habilidade de leitura, uma base comum deve se preocupar em formar leitores de literatura – inclusive a clássica.”

Em relação à matemática, Maria Ignez destaca que tanto os jovens quanto seus professores e empregadores veem a matemática como um conhecimento para se



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

aplicar em situações-problema. “Os jovens entendem como situações-problema tarefas simples exigidas no trabalho ou na faculdade, como aplicar descontos e ler planilhas. Em sua visão, elas deveriam ter sido ensinadas na escola e não foram e, portanto, falta-lhes repertório. Já os professores e empregadores entendem por situações-problemas tarefas novas e relativamente complexas propostas aos jovens, como controlar o próprio salário, argumentar a partir de dados quantitativos, usar raciocínio lógico e abstrato para esquematizar um problema e propor soluções. Para resolvê-las, os jovens deveriam ser capazes de selecionar e mobilizar conhecimentos ensinados na escola, ou seja, na perspectiva dos professores e empregadores, falta aos jovens mais do que um banco de conhecimentos. Falta-lhes uma grande competência que lhes permita articular teoria e prática por conta própria.”

Para a especialista, essa grande competência não se desenvolve naturalmente e precisa ser ensinada pela escola, por meio de uma série de etapas: identificar o problema; mobilizar as informações necessárias para entendê-lo e resolvê-lo; estabelecer uma estratégia de ação para solucioná-lo; aplicar essa estratégia; monitorá-la e tirar uma lição de todo esse processo (a consciência do aprendizado). “Se cada uma dessas etapas não é ensinada, o aluno pode fracassar por que não sabe que tipo de conhecimento precisa mobilizar em determinada situação. A resolução de problemas deve ser uma competência prevista na Base Nacional Comum como objetivo de todas as séries e com níveis de complexidade adequados a cada etapa da escolaridade. E precisa ser ensinada de forma intencional, não subentendida”.